



2.ª Edição, número 7, março de 2023



EDITORIAL

A UGT desde sempre defendeu a promoção da **sustentabilidade ambiental**.

Juntamente com o movimento sindical europeu, a UGT pugna pela concretização de um acordo climático ambicioso que inclua uma **transição justa para todos os trabalhadores e trabalhadoras**.

A UGT partilha das palavras do Secretário-geral da ONU que afirmou estar “fortemente empenhado em trabalhar com todos os Governos e parceiros para reunir opiniões divergentes e criar uma visão comum sobre a forma como abordar as mudanças climáticas”.

Para nós a avaliação dos impactos socio-económicos das alterações climáticas e toda a adaptação dos setores produtivos à criação de “empregos verdes” deverão ser acompanhadas por um empenhado diálogo social a nível internacional, europeu e nacional.

Exige-se transparência nos processos de decisão sempre que esteja em causa a compatibilidade do emprego e o meio ambiente.

É certo que o combate contra as mudanças climáticas é um dos principais desafios do planeta. O objetivo é alcançar uma economia neutra do ponto de vista climático até 2050 para minimizar as suas consequências negativas.

A transição para este modelo implicará alterações estruturais com um forte impacto sobre determinadas regiões, áreas e grupos sociais. Todos seremos afetados pela transição para uma economia neutra do ponto de vista climático.

A transição para as energias renováveis não deve gerar novas formas de pobreza e desigualdade, pelo que é fundamental que a descarbonização signifique um progresso para todos.

A UGT, acérrima defensora da promoção do diálogo social, enfatiza que os trabalhadores portugueses e seus representantes têm de ser envolvidos na operacionalização do Plano de Transição Justa Português, não podendo o mundo do trabalho ficar secundarizado.

Assim, exigimos que nos processos de transição, se antecipem os impactos no mercado de trabalho e nos postos de trabalho, com uma verdadeira estratégia de adaptação e transição também dos postos de trabalho.

A existência de adequadas condições de trabalho, de acesso a formação profissional que reforce a empregabilidade, de apoios à reinserção no mercado de trabalho e de uma proteção social que garanta efetivamente o rendimento dos trabalhadores e dos seus agregados nas transições devem ser elementos dessa estratégia.

Ressaltamos ainda a necessidade de que, associada à transição ambiental como noutras áreas da política europeia, surja uma efetiva dimensão social, nomeadamente com elevados níveis de diálogo social.

Vanda Cruz

Secretária Executiva da UGT

Departamento de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável



EM DESTAQUE



13ª Sessão da Assembleia da Agência Internacional de Energia Renovável

Secretário-geral da ONU destaca energia renovável para evitar catástrofe climática

António Guterres apresentou plano de cinco pontos na 13ª Sessão da Assembleia da Agência Internacional de Energia Renovável; ele alertou para urgência na transição energética frente ao aquecimento global.

A energia renovável é o único caminho confiável para o mundo evitar uma catástrofe climática. Foi o que disse o secretário-geral da ONU, António Guterres, neste sábado durante a 13ª Sessão da Assembleia da Agência Internacional de Energia Renovável, Irena. Em mensagem de vídeo para o evento que acontece neste fim de semana em Abu Dhabi, Emirados Árabes Unidos, ele apresentou um plano de cinco pontos para uma transição justa.

Fonte:

[ONU News](#) - Perspectiva Global

PARA REFLETIR

Camada de ozono está a recuperar desde a adoção do Protocolo de Montreal



Imagem com DR

Especialistas apoiados pela ONU afirmam que restauração pode ser completa em quatro décadas; relatório publicado a cada quatro anos sobre o progresso do acordo de Montreal, assinado em 1987, aponta a eliminação de 99% de substâncias nocivas a camada de ozônio.

Um painel de especialistas apoiado pela ONU declarou que a camada de ozono está a caminho de se recuperar dentro de quatro décadas. No entanto, o grupo também alertou sobre os impactos não intencionais na camada de ozônio de novas tecnologias, como a geoengenharia.

Em relatório publicado a cada quatro anos sobre o progresso do Protocolo de Montreal, o painel confirmou a eliminação de quase 99% das substâncias proibidas que destroem a camada de ozono.

Protocolo de Montreal

O acordo foi assinado em setembro de 1987 e é um marco no acordo ambiental multilateral que regula o consumo e a produção de quase 100

produtos químicos produzidos por ação humana, ou “substâncias que destroem a camada de ozônio”.

A redução gradual geral levou à recuperação notável da camada protetora de ozônio na estratosfera superior e à diminuição da exposição humana aos raios ultravioleta nocivos do sol.

Segundo a secretária executiva do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, Pnuma, o impacto que o Protocolo de Montreal teve na mitigação da mudança climática não pode ser subestimado. Meg Seki adiciona que nos últimos 35 anos, o Acordo tornou-se um verdadeiro defensor do meio ambiente.

De acordo com a representante do Pnuma, as avaliações e análises realizadas pelo Painel de Avaliação Científica continuam sendo um componente vital do trabalho do Protocolo que ajuda a informar os tomadores de decisão e as políticas.

Recuperação da camada de ozônio

A descoberta de um buraco na camada de ozônio foi anunciada pela primeira vez por três cientistas do British Antarctic Survey, em maio de 1985.

De acordo com o relatório, se as políticas atuais permanecerem em vigor, espera-se que a camada recupere os valores de 1980 até 2040. Na Antártica, essa recuperação é esperada por volta de 2066 e em 2045 no Ártico.

As variações no tamanho do buraco na camada de ozônio na Antártida, particularmente entre 2019 e 2021, foram impulsionadas em grande parte pelas condições meteorológicas.

No entanto, o buraco na camada de ozônio da Antártica vem melhorando lentamente, tanto em termos de área, como de profundidade, desde o ano 2000.

Impactos nas mudanças climáticas

O Protocolo de Montreal já beneficiou os esforços para mitigar as mudanças climáticas, ajudando a evitar o aquecimento global em cerca de 0,5°C. O relatório reafirma o impacto positivo que o tratado teve sobre o clima.

Em 2016, um acordo adicional ao Protocolo de Montreal, conhecido como Emenda de Kigali, exigia uma redução gradual da produção e consumo de alguns gases de efeito estufa conhecidos como hidrofluorcarbonos.

As substâncias não destroem diretamente o ozônio, mas são gases poderosos que contribuem para o aquecimento global e aceleram as mudanças climáticas. O painel estima que a emenda evitará outros 0,3 a 0,5°C de aquecimento até 2100.

Segundo o Secretário-geral da Organização Meteorológica Mundial, a ação do ozônio estabelece um precedente para a ação climática.

Petteri Taalas acredita que o sucesso na eliminação gradual de produtos químicos que neutralizam o ozônio mostra-nos o que pode e deve ser feito – com urgência – para abandonar os combustíveis fósseis, reduzir os gases de efeito estufa e assim limitar o aumento da temperatura.

Aviso de nova tecnologia

O painel alertou contra o uso de um método potencial para reduzir o aquecimento climático aumentando a reflexão da luz solar. Pela primeira vez, examinaram os efeitos potenciais no ozono decorrentes da adição intencional de aerossóis na estratosfera, conhecida como injeção de aerossol estratosférico.
Fonte:

[ONU News](#) - Perspectiva Global

Conteúdos de referência Internacional

ONU:

Tratado global contra poluição plástica pode ficar pronto até 2024



Imagem com DR

Pela primeira vez países se uniram por um acordo global para acabar com a ameaça aos ecossistemas, o clima e o bem-estar humano; no mundo inteiro, 46% dos resíduos plásticos são depositados em aterros. A humanidade produz cerca de 460 milhões de toneladas de plástico por ano. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, Pnuma, sem medidas urgentes, esse número triplicará até 2060. Em março de 2022, durante a quinta sessão da Assembleia do Meio Ambiente das Nações Unidas, em Nairóbi, capital do Quênia, foi [aprovada a resolução](#) para acabar com a poluição plástica. Um marco histórico que promete reverter essa situação.

Ciclo de vida do plástico

A resolução, juridicamente vinculativa, aborda o ciclo de vida completo do plástico, necessário para enfrentar a crescente crise de poluição por esse tipo de material.

O documento reconhece ainda a contribuição significativa feita pelos trabalhadores em ambientes informais e cooperativos para a coleta, classificação e reciclagem em muitos países.

O tratado deve incluir uma série de disposições técnicas, como promover a produção e o consumo sustentáveis de plásticos, desde o design do produto até a gestão ambientalmente correta de resíduos, por meio da eficiência de recursos e abordagens de economia circular seguras e justas.

Uma grande ameaça aos ecossistemas

A poluição plástica é uma grande ameaça aos ecossistemas, ao clima e ao bem-estar humano. Globalmente, 46% dos resíduos plásticos são depositados em aterros, 22% são mal geridos e transformam-se em lixo, 17% são incinerados e 15% são coletados para reciclagem, com menos de 9% realmente reciclados.

A poluição plástica marinha aumentou 10 vezes desde 1980, afetando pelo menos 267 espécies animais, incluindo 86% das tartarugas marinhas, 44% das aves marinhas e 43% dos mamíferos marinhos.

A poluição do ar e do solo também está aumentando.

De acordo com um estudo do Pnuma, mais de 14 milhões de toneladas de plástico entram e danificam os ecossistemas aquáticos anualmente. Além disso espera-se que as emissões de gases de efeito estufa associadas aos plásticos representem 15% do total de emissões permitidas até 2050 se a humanidade limitar o aquecimento global a 1,5°C.

Na agricultura, o aumento alarmante contamina o solo, pode ameaçar a segurança alimentar e ter impacto na saúde humana.

Primeiro encontro para definir acordo no Uruguai

Os Estados-membros da ONU deram ao Pnuma, o mandato para convocar o Comité de Negociação Intergovernamental, CNI, encarregado de desenvolver o instrumento juridicamente vinculativo internacional, com o objetivo de concluir seus trabalhos até o final de 2024, quando o tratado estaria pronto para ratificação.

A primeira sessão do CNI ocorreu de 28 de novembro a 2 de dezembro do ano passado no Uruguai. Mais de 1,4 mil participantes presenciais e virtuais de 147 países estiveram no encontro.

A reunião estabeleceu as bases para moldar o acordo global para acabar com a poluição plástica.

A Secretária executiva do CNI, Jyoti Mathur-Filipp, explica que essa é a primeira vez que os governos estão se unindo para acabar com a poluição plástica global. Para ela, isso mostra o que é possível com a cooperação internacional.

Conferência dos Oceanos em Portugal

Eliminar resíduos plásticos dos oceanos até 2050 foi um dos compromissos assinados na [declaração final](#) da Conferência dos Oceanos das Nações Unidas. O evento aconteceu em Lisboa em junho do ano passado.

O texto menciona a prevenção, redução e eliminação do lixo plástico marinho, incluindo plásticos de uso único e microplásticos, por meio da reciclagem, da garantia do consumo e de padrões de produção sustentáveis, e por meio do desenvolvimento de alternativas para consumidores e indústrias.

Declaração de St. Johns

O tema da poluição plástica ganhou novos contornos na ONU em 2019, quando a então presidente da Assembleia Geral, María Fernanda Espinosa, convenceu países-membros e o Secretariado a banir plásticos da sede da organização.

Naquele mesmo ano, restaurantes e cafés da sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, retiraram todos os talheres e utensílios de plástico de seus recintos.

Em junho, a nação caribenha Antígua e Barbuda abrigou o [festival contra a poluição plástica](#), patrocinado pelo governo da Noruega. Ali, vários países firmaram a Declaração de St. Johns como parte do apelo global da presidente da Assembleia Geral.

A Declaração de St. Johns foi adotada pela Comunidade do Caribe, Caricom, incentivando os Estados-membros a introduzir medidas para reduzir e/ou eliminar o uso de plásticos descartáveis.

Além disso, o acordo compromete-se a abordar os danos aos ecossistemas causados pelos plásticos até 2030 e a trabalhar com o setor privado para encontrar alternativas acessíveis, sustentáveis e ecológicas.

A Declaração de St. Johns também incentivou outros grupos regionais e sub-regionais de países a tomarem medidas semelhantes para eliminar a descarga de lixo plástico e microplásticos para poços, rios, mares e oceanos.

Fonte:

[ONU News](#) - Perspectiva Global

Cientistas globais apresentam nesta semana o sexto relatório de síntese do IPCC



Imagem com DR

Especialistas internacionais reúnem-se a para aprovar o Relatório Síntese do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, IPCC.

Em sessões que acontecem em Genebra, Suíça, os cientistas de várias áreas adotarão a primeira publicação abrangente em nove anos e a primeira após o Acordo de Paris sobre a mudança climática.

“Ponto sem retorno”

O sScretário-geral da ONU disse que o lançamento acontecerá num momento crucial. António Guterres alertou que o mundo está numa encruzilhada e o planeta na mira. Ele falou da proximidade de um ponto sem retorno e da superação do limite internacional acordado de 1,5°C de aquecimento global.

Para António Guterres, os factos não estão em questão, mas as ações de uma humanidade que está “no limite de um ponto crítico”. No entanto, o líder da ONU destacou que não é tarde demais.

Guterres sublinhou que escolhas difíceis, mas essenciais, podem acelerar a eliminação gradual dos combustíveis fósseis e fechar a lacuna de emissões.

Documento político eficaz

Para a ONU, o relatório que será adotado na reunião fornece uma visão geral do estado de desenvolvimento do conhecimento sobre a ciência da mudança climática. A publicação será composta por três documentos especiais, cada um envolvendo um grupo de trabalho.

O presidente do IPCC, Hoesung Lee, explicou que ao ser aprovado, o Relatório Síntese se tornará um documento político eficaz para moldar a ação climática até o final desta década.

Os grupos de trabalho lidarão com temas específicos: o primeiro com a base da ciência física da mudança climática e o segundo com os impactos, a adaptação e a vulnerabilidade. O último será dedicado à mitigação das mudanças climáticas.

Hoesung Lee afirmou que a publicação é essencial nas ações para lidar com a mudança climática, destacando que a falta de ação e os atrasos não são opções.

Nível sem precedentes de gases de efeito estufa

António Guterres lembrou que foi em 2021 que, pela primeira vez, o IPCC constatou que mudanças nos oceanos e na superfície terrestre da Terra eram irreversíveis.

O líder da ONU ressaltou de uma forma “inequívoca” que essas alterações foram causadas pela ação humana, principalmente devido à queima de combustíveis fósseis e aos níveis sem precedentes de gases de efeito estufa.

No ano passado, o IPCC revelou que “quase metade da população global vive na zona de perigo dos impactos climáticos”. O painel acrescentou que a necessidade do momento é aumentar os investimentos na adaptação.

Debates na COP28

A agência da ONU resalta que os níveis de metano na atmosfera em 2021 atingiram um recorde de 1.908 partes por bilhão, ou 262% dos níveis da era pré-industrial.

O relatório deverá orientar as discussões para que o mundo esteja alinhado com as metas do Acordo de Paris que devem ocorrer na 28ª Conferência das Partes Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, COP28. O evento terá lugar em novembro deste ano nos Emirados Árabes Unidos.

Para a diretora executiva do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, Pnuma, a contribuição do IPCC definirá o caminho para a ação na segunda metade da década atual.

Inger Andersen apontou a atual etapa de avanço coletivo para alcançar as metas de longo prazo do Acordo de Paris, ao alertar os participantes sobre as consequências do atraso no cumprimento das metas do clima.

O Quinto Relatório de Avaliação foi concluído em 2014.

[Aceda a esta publicação Aqui.](#)

ETUI

Reflexão

Tratado da Carta da Energia: Reforma ou saída?



Imagem com DR

Recentemente a Europe Calling organizou o webinar 'ECT: Reforma ou Saída? - Qual o próximo passo para o Tratado da Carta da Energia, prejudicial para o clima?«.

O webinar foi promovido em cooperação com Anna Cavazzini, eurodeputada (Grupo Verdes/ALE), com o objetivo de analisar mais de perto o Tratado da Carta da Energia (TCE) e aprofundar o debate atual sobre a reforma ou saída do mesmo.

A mensagem principal do seminário foi que a ECT precisa ser encerrada, embora isso não seja tão simples. O que é evidente é que o atual TCE viola a legislação da UE (climática).

Não há implicações diretas aparentes para os trabalhadores e os sindicatos do debate sobre o TCE, mas, numa análise mais atenta, este tratado tem graves consequências indiretas para a ideia de justiça na transição para longe dos combustíveis fósseis, bem como para os resultados dessa transição e quem deve moldá-la.

Tradução da responsabilidade do Dep. ADS.

[Aceda à versão original Aqui.](#)

NOTÍCIAS NACIONAIS

Portugal tem de acelerar políticas ambientais



Imagem com DR - Ministro do Ambiente e da Ação Climática, Duarte Cordeiro, na apresentação da quarta Avaliação de Desempenho Ambiental de Portugal, Sintra, 14 março 2023

Portugal tem de «acelerar as políticas ambientais», designadamente, o aumento dos níveis de reciclagem e da recolha de biorresíduos, incentivando a economia circular, disse o Ministro do Ambiente e da Ação Climática, Duarte Cordeiro.

O Ministro falava durante a apresentação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) da quarta Avaliação de Desempenho Ambiental de Portugal, no Palácio de Valenças, em Sintra.

O aumento na capacidade de recolha de biorresíduos, segundo Duarte Cordeiro, é «um desafio nacional», ao qual todos os municípios estão obrigados até ao final de 2023.

Esses resíduos devem ser aproveitados como recurso, do ponto de vista energético, com a produção de biogás. Para o efeito é necessário «introduzir sistemas e incentivar uma maior reciclagem de embalagens».

Referindo-se às alterações climáticas, o Ministro apontou a necessidade de adaptação do território português:

«É um desafio de grande preocupação que diz respeito necessariamente a todas as dimensões, desde logo a questão relacionada com a nossa costa, mas também com a questão dos incêndios rurais», exemplificou Duarte Cordeiro.

Circularidade

Sobre a circularidade, o Ministro realçou a aposta na água e nos resíduos nos processos produtivos:

«Ao nível da água temos o desafio da adaptação às alterações climáticas. Em 2022 tivemos uma seca histórica, nos últimos 20 anos tivemos uma redução

de precipitação em cerca de 15%, prevendo-se em cenários mais graves ter uma redução de precipitação até 25% até ao final do século», disse Duarte Cordeiro.

O Ministro indicou ainda que é necessário «olhar para o contexto da política de gestão hídrica, não só numa lógica de eficiência, nomeadamente do consumo de água na agricultura. Temos de ter capacidade de investimento nas infraestruturas, mas também temos de ter cada vez mais uma gestão no contexto regional nos territórios de maior stress hídrico».

Principais resultados

O relatório, agora divulgado, indica que Portugal tem um bom desempenho em áreas como as energias renováveis, emissões de gases com efeito de estufa e qualidade do ar, mas precisa melhorar na valorização de resíduos e economia circular.

Entre os principais indicadores ambientais referentes a 2021, destaca-se pela positiva: a percentagem de energias renováveis no aprovisionamento energético total, 29%, com a média da OCDE nos 12%, ou a intensidade de emissões de gases com efeito de estufa 'per capita', que é de 5,6 toneladas de dióxido de carbono (CO2) equivalente, quando a média da OCDE está nas 10,5 toneladas.

Na exposição média da população a partículas finas - um dos principais poluentes atmosféricos - Portugal também está mais bem posicionado, como também está ligeiramente melhor nos resíduos municipais 'per capita'.

O relatório deixa ainda 26 recomendações, que «visam ajudar Portugal a reforçar a coerência das políticas para impulsionar uma recuperação económica ecológica» e progredir na neutralidade carbónica e desenvolvimento sustentável.

Já na valorização de materiais de resíduos urbanos, a percentagem de compostagem e reciclagem no tratamento total é de 28%, quando a média na OCDE é de 34%, uma média também superior a Portugal na área da economia circular.

Tal como as revisões de desempenho em 1993, 2001 e 2011, a quarta revisão analisa o desempenho ambiental de Portugal, neste caso respeitante à última década. Os dois países examinadores foram a Costa Rica e o Luxemburgo.

O [pacote legislativo Ambiente+Simplex](#) «representa uma grande transformação no processo de licenciamento ambiental», afirmou o Ministro do Ambiente e da Ação Climática, Duarte Cordeiro, na apresentação desta iniciativa Simplex e inauguração do centro eletroprodutor solar da Iberdrola em Alcochete, que foi presidida pelo Primeiro-Ministro, António Costa.

Duarte Cordeiro lembrou que «a proposta inicial foi aprovada em julho no Conselho de Ministros e a discussão pública durou 53 dias, muito mais do que o tempo normal, com mais de 250 entidades a dar contributos», tendo o Governo procurado «equilibrar os princípios que o levaram a este pacote legislativo».

O Ministro sublinhou a importância de simplificar o licenciamento ambiental «no contexto que estamos a viver» para responder «aos principais desafios ambientais», apontando o reaproveitamento da água, a transição energética, a descarbonização da economia e a economia circular, «tudo contribuindo para o combate às alterações climáticas».

Duarte Cordeiro referiu como exemplos a simplificação da produção de hidrogénio verde, a das regras para reutilização das águas recicladas, retirar obrigatoriedade de gás em todos os edifícios e acelerar para duplicar, no final de 2023, o solar existente no início de 2022.

«Procurámos simplificar, mas não desproteger», sublinhou, acrescentando que «a maior parte das medidas estão dirigidas para as áreas não sensíveis», nas quais «é possível a simplificação ambiental, respondendo aos principais desafios ambientais» da atualidade.

Fonte: [Portugal.Gov.Pt](https://portugal.gov.pt)

Ministério do Ambiente e Ação Climática aprova orçamento recorde do Fundo Ambiental



Imagem com DR

Foi hoje aprovado por [Despacho](#), o orçamento do Fundo Ambiental para 2023 que será de 1 194 milhões de euros, cerca de 60 milhões de euros superior à verba de 2022.

As receitas obtidas através dos leilões CELE, licenças de aviação, taxas de recursos hídricos, de resíduos, entre outras fontes, serão aplicadas em apoios aos setores da água, energia e transportes (733 milhões de euros), a apoio direto a projetos definidos pelo próprio Despacho (186,46 milhões de euros), a Avisos para a apresentação de candidaturas (32,65 milhões euros), além de despesas de funcionamento e compromissos assumidos pelo Fundo Ambiental em anos anteriores.

As áreas de intervenção do Fundo Ambiental são agora 12, destacando-se a criação de duas novas áreas: Transportes e mobilidade sustentável e Monitorização da qualidade do ambiente. Acompanhe na página eletrónica do Fundo Ambiental todos os desenvolvimentos relativamente à publicação de Avisos e abertura de candidaturas.

Fonte. Site do Fundo Ambiental

Publicação com o Apoio de:



PO ISE
PROGRAMA OPERACIONAL
INCLUSÃO SOCIAL
E EMPREGO



PORTUGAL
2020



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu



[View this email in your browser](#)

newsletter If you do not wish to receive any more emails, you can [unsubscribe here](#).

This message was sent to by
mari



[Unsubscribe](#) | [Manage Subscription](#) | [Forward Email](#) | [Report Abuse](#)

